

**ATA NÚMERO 196/XIII/3.<sup>a</sup> SL**

Aos dois dias do mês de maio de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**10:00**

1. **Aprovação da ata n.º 195;**
2. **Discussão e votação da Proposta de Lei n.º 123/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) - "Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico dos serviços de pagamento de moeda eletrónica, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2366"; Autor: Carlos Silva (PSD)**
3. **Discussão e votação do relatório sobre as iniciativas europeias relativas ao pacote da União de Capitais; Relatora: Inês Domingos (PSD)**
4. **Ratificação das votações indiciárias ocorridas no GT "Supervisão bancária";**
5. **Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia COM(2018)148 - Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO relativa ao sistema comum de imposto sobre os serviços digitais aplicável às receitas da prestação de determinados serviços digitais; Relatora: Margarida Marques (PS)**
6. **Designação de autor de parecer para o Projeto de Lei n.º 839/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) - "Impede as cativações de verbas nas entidades reguladoras (2.<sup>a</sup> alteração à Lei-Quadro das Entidades Reguladoras)"; Cabe ao GP BE**
7. **Outros assuntos.**

**10:30**

**Audição da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), prevista no Plano de Atividades da COFMA.**

---

**10:00**

**1. Aprovação da ata n.º 195;**

A ata foi aprovada por unanimidade.

**2. Discussão e votação da [Proposta de Lei n.º 123/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - "Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico dos serviços de pagamento de moeda eletrónica, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2366";**

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) apresentou o parecer de que foi autor, tendo sido depois cumprimentado pelo Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS). Posto à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

**3. Discussão e votação do relatório sobre as iniciativas europeias relativas ao pacote da União de Capitais;**

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) apresentou o relatório de que é autora, tendo sido depois cumprimentada pela Senhora Deputada Margarida Marques (PS).

A Comissão deliberou aprovar o relatório com os votos favoráveis de todos os grupos parlamentares (GP) com exceção do PCP e do BE, que se abstiveram.

**4. Ratificação das votações indiciárias ocorridas no GT "Supervisão bancária";**

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) para informar que o GP do BE pretende alterar o sentido de voto de algumas normas da [Proposta de Lei n.º 109/XIII/3.ª \(GOV\)](#), cuja votação indiciária ocorreu no GT da Supervisão Bancária. Pese embora se oponham à União do Mercado de Capitais, consideram que as propostas de alteração à PPL apresentadas pelo GP do PSD protegem menos os investidores não qualificados e os clientes bancários. Consideram ainda que a rejeição de alguns artigos da PPL, que resultou do voto contra deste GP, prejudica estes investidores e clientes bancários pelo que, para impedir esse vazio legal, o BE pretende votar favoravelmente essas normas (nas quais se tinha abstido anteriormente).

Interveio a Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) para esclarecer que o objetivo do PSD foi o de aproximar a lei, o mais possível, do espírito da Diretiva, garantindo a harmonização das regras entre todos os países, permitindo que as instituições portuguesas concorram "em pé de igualdade" com as suas congéneres europeias.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) justificou a rejeição, por parte do GP do PS, de duas propostas apresentadas pelo GP do PSD por razões distintas. Numa delas porque discordam da opção do PSD. O texto dessa proposta defende que não se justifica a notificação prévia para produtos

financeiros complexos junto de investidores não qualificados, podendo o regulador intervir numa fase posterior à colocação no mercado desses produtos, opção que, no entendimento do PS, é negativa porque protege menos estes investidores. Na outra proposta, o GP do PS votou contra porque entende que há um erro. A proposta pretendia eliminar o termo “comercializar” de uma norma que define a distribuição de produtos. A ser aprovada, esta norma transformaria a natureza da Diretiva porque restringe os deveres dos intermediários financeiros, que só se aplicariam quando a iniciativa fosse dos próprios.

Retomou a palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) para indicar as normas da PPL 109, em que o GP do BE passa a votar favoravelmente: a alínea b) do n.º 4 do artigo 309.º-I, constante do artigo 14.º da PPL; bem como a alínea c) do n.º 2 do artigo 1.º; a alínea c) do n.º 4 do artigo 4.º, o artigo 5.º e a alínea e) do n.º 1 do artigo 10.º, todas do Anexo II da PPL.

Os Deputados de todos os GP ratificaram as votações indiciárias ocorridas no âmbito do GT da Supervisão Bancária que aprovaram a Proposta de Lei n.º 109/XIII/3.ª (GOV) - com a exceção do GP do BE no que se refere às normas acima mencionadas, em que houve alteração do seu sentido de voto - bem como o [Projeto de Lei n.º 445/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) e o [Projeto de Lei n.º 448/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#).

Foram também ratificadas por unanimidade as votações indiciárias ocorridas no âmbito do mesmo GT que rejeitaram o [Projeto de Lei n.º 489/XIII/2.ª \(BE\)](#), o [Projeto de Lei n.º 490/XIII/2.ª \(BE\)](#) e o [Projeto de Lei n.º 491/XIII/2.ª \(BE\)](#)

**5. Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia [COM\(2018\)148](#) - Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO relativa ao sistema comum de imposto sobre os serviços digitais aplicável às receitas da prestação de determinados serviços digitais; Relatora: Margarida Marques (PS)**

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) apresentou o relatório de que é autora, concluindo, nomeadamente, que a iniciativa respeita os princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) cumprimentou a Deputada relatora aproveitando também para reiterar a sua posição sobre esta matéria. Expressou a opinião de que o processo de escrutínio de iniciativas europeias só será útil se houver tempo para a realização de audições e até para a avaliação do seu impacto económico. No seu entendimento, com o atual modelo, convocam-se os GPs para tomar posições políticas que é impossível assumir face à informação disponível. Sustentou ainda que neste caso em particular, estando em causa o tema da tributação, fundamental para a defesa da soberania nacional, não é possível concluir que a proposta não viola o princípio da subsidiariedade. Anunciou que, por tal motivo, o CDS-PP votará contra este relatório.

Em resposta, a Senhora Deputada Margarida Marques (PS) lembrou que a Comissão acabou de apresentar esta proposta que será posteriormente discutida no Conselho e no Parlamento Europeu. Notou que a proposta fará um longo percurso e que esta fase constitui apenas o início do debate esclarecendo que, não há ainda um debate sobre conteúdos, limitando-se cada país a pronunciar sobre o cumprimento dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Concluiu afirmando que o objetivo não é o de introduzir um modelo de tributação mas sim, de dar orientações aos Estados-Membros sobre a tributação da economia digital.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), após saudar a Deputada relatora, realçou a importância da matéria em discussão. Defendeu que, por tal motivo, a mesma merece uma reflexão mais aprofundada. Não querendo o GP do PSD inviabilizar o relatório, solicitou que o sentido de voto fosse transmitido mais tarde.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) também considerou que seria necessário mais tempo para deliberar.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) defendeu que importa analisar precisamente o conteúdo da iniciativa para saber se a mesma viola ou não o princípio da subsidiariedade. Sustentou a necessidade de haver tempo para um estudo mais aprofundado para tomar decisões com esta gravidade. Concluiu informando que o CDS-PP não tomará nenhuma posição que não tenha sido devidamente ponderada

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) pronunciou-se no mesmo sentido lembrando que, já no passado, tinha havido um acordo para que o processo de escrutínio fosse realizado com tempo, para permitir um debate aprofundado dos temas. No seu entender, trata-se, neste caso particular, de matéria de grande relevância que exige uma reflexão e estudo mais aprofundado, que não se compadece com apreciações apressadas. Ou seja, entende que é necessário uma análise mais profunda para se alcançar uma conclusão mais sólida.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) também considerou que se trata de matéria de importância acrescida. Notou que se a Comissão deliberar a introdução uma metodologia de trabalho para o melhor escrutínio destas iniciativas, como sugere o Deputado Paulo Sá, então será necessário fixar prazos e estabelecer calendário de trabalho, o que não ocorreu na iniciativa em apreciação. Sugere então que, para estes casos, seja definida uma metodologia e calendário de apreciação das iniciativas, aplicável já para as iniciativas distribuídas, ainda pendentes.

A Senhora Presidente também concordou com a proposta de definição de uma metodologia que garanta procedimentos e prazos compatíveis com a exigida qualidade dos pareceres sobre matérias de importância fundamental no quadro da UE. Solicitou aos serviços de apoio que providenciassem no sentido de distribuir aos Deputados a lista das iniciativas europeias pendentes, em escrutínio na COFMA.

Aproveitou para fazer o ponto de situação sobre as intenções de voto relativamente ao parecer, registando o voto favorável do PS e o voto contra do CDS-PP. Solicitou que os restantes GPs transmitissem aos serviços o seu sentido de voto até às 18h00 desse mesmo dia.

Interveio a Senhora Deputada Margarida Marques (PS) para sugerir que houvesse um esforço de coordenação com os Deputados da Comissão dos Assuntos Europeus (CAE) para se assegurar uma posição de voto coerente com as várias Comissões onde se fizer o escrutínio dessas iniciativas.

A Senhora Presidente acompanhou esta posição relativamente à necessidade de concertação de esforços, que, no seu entendimento, se deve concretizar no plano dos diferentes grupos parlamentares.

**5. Designação de autor de parecer para o [Projeto de Lei n.º 839/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - "Impede as cativações de verbas nas entidades reguladoras (2.ª alteração à Lei-Quadro das Entidades Reguladoras)";**

O GP do BE designou a Senhora Deputada Mariana Mortágua.

**6. Outros assuntos.**

Pedi a palavra o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) para solicitar informação à Mesa sobre o agendamento da próxima reunião de Mesa e Coordenadores.

Em resposta a Senhora Presidente informou que pretendia agendar a reunião para esse mesmo dia, às 16h30, após as declarações políticas em Plenário.

Não havendo outros assuntos a discutir, a Senhora Presidente deu por concluída a Ordem do Dia desta reunião.

**10:30**

**Audição da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), prevista no Plano de Atividades da COFMA.**

A Senhora Presidente deu as boas vindas à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), enquadrando a audição no âmbito do Plano de Atividades da COFMA, após o que deu a palavra à sua Presidente, Dra. Cristina Casalinho, para uma alocução inicial.

Em sede de primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Inês Domingos (PSD), Paulo Trigo Pereira (PS), Mariana Mortágua (BE), João Pinho Almeida (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP). A Presidente do IGCP respondeu individualmente às questões colocadas.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Vice-Presidente, que entretanto assumiu a condução dos trabalhos, agradeceu a presença do IGCP e os esclarecimentos prestados, e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

Não se registando outros assuntos, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 12:47 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 maio 2018.

**A PRESIDENTE**

(Teresa Leal Coelho)

**Reunião de 2 de maio de 2018**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro  
António Ventura  
Carlos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Fernando Anastácio  
Hortense Martins  
Inês Domingos  
Jamila Madeira  
João Galamba  
João Paulo Correia  
João Pinho de Almeida  
Margarida Balseiro Lopes  
Margarida Marques  
Mariana Mortágua  
Nuno Sá  
Paulo Sá  
Paulo Trigo Pereira  
Ricardo Leão  
Sara Madruga da Costa  
Teresa Leal Coelho  
António Gameiro  
Jorge Paulo Oliveira